



CURRÍCULO OCULTO E GÊNERO: ESTERÉÓTIPOS E PRÁTICAS NA CULTURA ESCOLAR

ELEN APARECIDA DE SOUZA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar de que forma o currículo oculto contribui para a reprodução de estereótipos de gênero no ambiente escolar. A justificativa para este estudo reside na constatação de que, embora a escola seja tradicionalmente reconhecida como espaço de formação cidadã e transmissão de saberes formais, ela também desempenha um papel socializador fundamental por meio de práticas não planejadas, mas recorrentes, que influenciam a construção das identidades de meninas e meninos. O currículo oculto é composto por valores, normas e expectativas sociais que são aprendidos informalmente, por meio de interações cotidianas, atitudes, comportamentos e linguagens simbólicas presentes na cultura escolar. Esses elementos, muitas vezes imperceptíveis, acabam por reforçar papéis de gênero socialmente estabelecidos, contribuindo para a manutenção de desigualdades no ambiente educacional. Situações como a diferenciação de tarefas segundo o gênero, o estímulo seletivo de habilidades e as expectativas distintas de comportamento entre estudantes são exemplos de práticas que, embora naturalizadas, limitam o desenvolvimento pleno de todos os sujeitos. A pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre essas dinâmicas e destaca a necessidade de conscientização por parte dos profissionais da educação quanto ao impacto do currículo oculto na formação das subjetividades. Defende-se, assim, a importância de uma proposta pedagógica comprometida com a equidade de gênero, capaz de reconhecer e enfrentar práticas excludentes e estereotipadas desde os primeiros anos da vida escolar. Conclui-se que o enfrentamento dos estereótipos de gênero deve ser parte integrante do projeto educativo das instituições escolares, sendo indispensável para a promoção de uma educação mais justa, inclusiva e alinhada aos princípios dos direitos humanos e da justiça social.

Palavras-chave: Currículo oculto; estereótipos, gênero.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é tradicionalmente concebido como um espaço destinado à transmissão de conhecimento formal e à formação cidadã. No entanto, para além do conteúdo explicitamente previsto nos currículos oficiais, existe um conjunto de valores, normas e expectativas sociais que são aprendidos de maneira implícita e não estruturada, o que se denomina como currículo oculto.

Esse conjunto de aprendizagens não planejadas exerce profunda influência sobre a formação de subjetividades, comportamentos e visões de mundo. O presente artigo propõe-se a investigar de que forma o currículo oculto colabora para a reprodução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar, contribuindo para a consolidação de papéis sociais historicamente atribuídos a meninas e meninos.

A análise desenvolvida fundamenta-se em uma abordagem teórico-analítica, com base em revisão bibliográfica, e tem como foco identificar práticas escolares naturalizadas que reforçam desigualdades de gênero, mesmo quando não intencionais. A investigação busca compreender como certas expectativas, atitudes e formas de tratamento diferenciadas em

função do gênero influenciam o desenvolvimento das identidades e limitam as possibilidades de atuação e expressão dos estudantes.

Ao reconhecer que o currículo oculto opera de forma silenciosa e persistente, o estudo defende a importância de práticas pedagógicas conscientes e críticas, capazes de promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Assim, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma escola comprometida com os princípios da justiça social, dos direitos humanos e do reconhecimento da diversidade

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, conforme os critérios propostos por Gil (2008). A análise se baseia em obras clássicas e contemporâneas sobre currículo oculto, educação e gênero, incluindo autores como Jackson (1968), Libâneo (2001), Silva (1996), Pinto (2022), Saavedra (2009), entre outros. Também são consideradas publicações de organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), e estudos empíricos relevantes, como o artigo publicado na revista *Science* (Bianchi; Sauliete; Spencer, 2017), que reforçam a construção social de estereótipos desde a infância.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo *currículo oculto* foi introduzido por Philip Jackson (1968) para descrever as aprendizagens sociais e comportamentais que ocorrem na escola de maneira informal, como obediência, conformismo e competitividade. Para Libâneo (2001, p. 99–100), trata-se de um conjunto de aprendizados adquiridos espontaneamente no convívio escolar, por meio de práticas, gestos e atitudes que não estão presentes no currículo formal, mas que exercem grande influência sobre o processo de formação dos estudantes.

Nesse mesmo sentido, Pinto (2022) aponta que o currículo oculto é constituído por normas e valores implícitos nas práticas escolares, capazes de moldar comportamentos e atitudes, mesmo sem intenção direta dos docentes. Silva (1996) enfatiza que a imagem que a criança constrói de si mesma é, em grande parte, mediada pelas relações sociais estabelecidas na escola.

A questão de gênero emerge como uma das principais dimensões do currículo oculto. De acordo com o ACNUDH (2014), os estereótipos de gênero são compreendidos como ideias preconcebidas sobre os atributos e papéis esperados para homens e mulheres, funcionando como obstáculos à liberdade individual e à igualdade de oportunidades. A pesquisa de Bianchi, Sauliere e Spencer (2017) revela que meninas, a partir dos seis anos, começam a se perceber como menos inteligentes do que os meninos, evidenciando o impacto precoce da socialização sexista. González (2017), fundadora da organização *Inspiring Girls*, afirma que essa construção não é inata, mas fruto da ação social contínua.

Embora o debate público, por vezes, reduza a discussão de gênero a aspectos linguísticos, como a linguagem neutra, a presente análise defende a necessidade de uma abordagem mais ampla e estrutural. Trata-se de repensar os mecanismos simbólicos e institucionais que reforçam papéis sociais rígidos e desiguais no ambiente escolar. Como destaca Saavedra (2009), a promoção de uma cultura da igualdade demanda a integração da perspectiva de gênero nas políticas e estratégias de educação. Contudo, práticas cotidianas, mesmo em instituições que se afirmam inclusivas, podem contradizer os discursos de igualdade por meio da reprodução inconsciente de estereótipos. Foi selecionado alguns exemplos clássicos do currículo oculto sob a ótica de gênero:

- **Diferença no tratamento entre estudantes:** meninas são frequentemente percebidas como mais organizadas e obedientes, sendo designadas a funções de apoio; meninos, por sua

vez, são mais incentivados em áreas como matemática e liderança.

- **Divisão de atividades escolares por gênero:** práticas esportivas e técnicas são geralmente atribuídas aos meninos, enquanto tarefas de cuidado e organização são dirigidas às meninas.
- **Expectativas implícitas de comportamento:** comportamentos considerados "adequados" variam conforme o gênero, limitando a liberdade de expressão e o desenvolvimento integral

De acordo com o estudo realizado por Gleyse (2021), foram analisadas as percepções de 850 estudantes de mestrado voltados à formação de profissionais da educação secundária e à gestão escolar, sendo 62% do sexo feminino e 38% do sexo masculino. Aos participantes foi solicitado que indicassem cinco qualificações que, em sua visão, melhor representariam um(a) estudante do 6º ano do ensino fundamental, etapa escolhida justamente por apresentar menor evidência explícita de comportamentos de gênero cristalizados. A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com as qualificações mais frequentemente mencionadas pelos participantes da pesquisa, classificadas de acordo com o gênero atribuído:

Quadro 1 – As qualificações citadas no estudo

Meninas	Meninos
Aplicadas	Agitados
Faladoras	Bagunceiros
Emotivas	Esportistas
Em pares	Não escolares
"Vítimas da moda"	Fazem movimentos suaves
Literárias	Diretos
Fazem movimentos suaves	Em grupos
Literárias	Testam os limites
Maduras	Jogos de videogame
"Insuportáveis"	Científicos
Tagarelas	Provocadores
Próprias	Sujos
Sábias	Conflituosos
Escolares	Barulhentos
Meninas	Meninos
Sérias	Competitivos

Fonte: Gleyse (2021)

A análise das qualificações atribuídas a meninas e meninos, conforme apresentado no Quadro 1, evidencia a persistência de estereótipos de gênero profundamente enraizados no imaginário social e, de forma preocupante, também na formação de futuros educadores. Observa-se que as meninas são predominantemente associadas a características relacionadas ao comportamento disciplinado, à maturidade emocional e ao desempenho escolar. Termos como “aplicadas”, “estudiosas”, “sérias”, “maduras” e “sábias” remetem à ideia de conformidade, dedicação e docilidade — atributos historicamente valorizados para o gênero feminino em contextos escolares. Além disso, outras qualificações como “vítimas da moda”, “faladoras” e

“tagarelas” revelam uma leitura que, embora aparentemente inofensiva, reforça a ideia de um comportamento superficial ou excessivamente emocional, reduzindo a complexidade das experiências femininas à aparência ou à comunicação excessiva, por vezes depreciativa.

Em contrapartida, os meninos foram associados a adjetivos que os vinculam à agitação, à desordem, à experimentação de limites e ao desempenho em esferas não escolares. Termos como “agitados”, “bagunceiros”, “provocadores”, “testam os limites”, “conflituosos” e “competitivos” revelam uma tolerância maior a comportamentos disruptivos, que muitas vezes são interpretados como sinais de liderança ou criatividade, enquanto as meninas seriam repreendidas por condutas similares. Ademais, a presença de características como “científicos” e “jogos de vídeo” demonstra a atribuição de competências tecnológicas e lógicas majoritariamente aos meninos, reforçando desigualdades que se refletem posteriormente nas escolhas acadêmicas e profissionais.

Essa pesquisa evidencia como o tratamento baseado em estereótipos de gênero impacta diretamente a construção da identidade e a percepção que os sujeitos desenvolvem de si e dos outros, influenciando de maneira significativa sua trajetória escolar e social. Conforme as reflexões de Gapriglia (2004), o currículo implícito (ou oculto) manifesta-se de forma processual nas interações pedagógicas cotidianas, muitas vezes sem que o docente tenha plena consciência de sua atuação nesse campo. Essa manifestação ocorre por meio da mobilização de experiências pessoais, valores e referências socioculturais do educador, os quais são incorporados, ainda que de modo não intencional, às práticas pedagógicas, funcionando como mediadores simbólicos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se imprescindível que os docentes adotem uma postura crítica e reflexiva diante das manifestações do currículo oculto, reconhecendo seu papel na manutenção de desigualdades e na reprodução de estigmas de gênero no ambiente escolar. A atenção às sutilezas das relações interpessoais, às expectativas diferenciadas socialmente atribuídas a meninas e meninos e às mensagens implícitas presentes nas práticas pedagógicas cotidianas é fundamental para o desenvolvimento de uma educação orientada por princípios de equidade e respeito à diversidade.

Quando a escola reforça, ainda que de forma não intencional, expectativas distintas com base no gênero, contribui para a perpetuação de papéis sociais historicamente construídos, restringindo o pleno potencial de desenvolvimento dos estudantes. A superação desse cenário exige dos profissionais da educação um compromisso ético com a desconstrução de estereótipos e com a promoção de práticas pedagógicas que acolham e valorizem diferentes identidades e trajetórias, favorecendo, assim, a construção de ambientes educativos mais justos, inclusivos e transformadores. Assim, as teorias discutidas ao longo deste trabalho reforçam a importância de reconhecer o currículo oculto como elemento constitutivo do processo educativo, com influência direta na construção do currículo formal das instituições de ensino.

4 CONCLUSÃO

A análise do currículo oculto sob a perspectiva do gênero evidencia que a escola, além de ser um espaço de aprendizagem formal, constitui também um ambiente de intensa socialização simbólica. Por meio de práticas não verbalizadas, reforçam-se normas sociais e papéis de gênero que, muitas vezes, contradizem os ideais de equidade e justiça. É fundamental compreender a escola como espaço comunicacional e cultural, onde discursos e práticas são constantemente reproduzidos e ressignificados. A partir dessa compreensão, torna-se possível repensar a formação docente, as estratégias de comunicação escolar e as influências da cultura midiática que incidem sobre os sujeitos em formação. O enfrentamento dos estereótipos de gênero deve ser incorporado à proposta pedagógica das instituições educacionais comprometidas com a cidadania, a democracia e os direitos humanos. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da superação de práticas que,

mesmo de forma inconsciente, perpetuam desigualdades.

REFERÊNCIAS

ACNUDH – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. *Igualdade de gênero e direitos humanos*. Genebra: ONU, 2014.

BIANCHI, L.; SAULIERE, C.; SPENCER, S. J. *Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests*. Science, v. 355, n. 6323, p. 389- 391, 2017.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEYSE, Jacques. Estereótipos de gênero e currículos ocultos na educação francesa: uma revisão bibliográfica sobre desigualdades veladas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Aracaju, v. 14, n. 33, p. 1–16, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/15037>. Acesso em: 03 abr. 2025.

GRAPIGLIA, J. M. O Currículo na Formação do pedagogo. 2004.

GONZÁLEZ, M. Entrevista à revista El País. 2017.

JACKSON, P. *Life in classrooms*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

LIBÂNEO, Antônio Carlos, Organização e gestão da escola: teoria e pratica – Goiania: Ed.Alternativa, 2001

PINTO, Jacyguara Costa; DA COSTA BRITO, Paulo Ronaldo; MONTEIRO, Vanusa Rocha Moraes. Currículo escolar: o real e o ideal na zona rural do Estado do Amapá. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 4, p. 233-245, 2022.

SAAVEDRA, L. *Educar para a igualdade de género: Uma proposta de formação*. Lisboa: CIG, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003